

Informativo **Plenarium**

Informativo oficial do TRE-SE | Ano XIV - nº 38 - março de 2021



Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

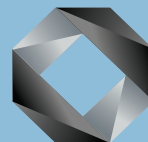
Nova gestão se inicia no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. No dia 9 de fevereiro de 2021, o desembargador **Roberto Eugênio da Fonseca Porto** tomou posse e assumiu a presidência do TRE-SE. O magistrado será o responsável por conduzir o processo eleitoral sergipano nas Eleições Gerais de 2022, quando serão escolhidos presidente da república, senador, deputados federais e estaduais.

Nossa MATÉRIA ESPECIAL destaca a homenagem recebida pelo ex-servidor e hoje juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJAL), Dr. **Marcos Vinícius Linhares Constantino da Silva**. A reportagem conta o vínculo afetivo com a Justiça Eleitoral desenvolvido por Marcos, sua mãe, Leda Maria, e seu pai, Arnaldo Constantino, ao longo de décadas de trabalho.

A nossa coluna MEMÓRIA ELEITORAL aborda um período de muita importância para a história política do Brasil: a Primeira República. Os anos que se seguiram à Proclamação da República foram de grandes incertezas quanto aos trilhos da nova forma de governo. Em 1894, na primeira eleição para presidente da República, votaram apenas 2,2% da população. Esses e outros dados importantes estão na Memória Eleitoral.

A coluna ACONTECEU destaca a conclusão do trabalho de digitalização de processos exemplarmente desempenhada pela 1ª ZE (Aracaju) e pela 9ª ZE (Itabaiana). Outro acontecimento que ganhou relevo nesta edição foi a prorrogação, em caráter excepcional, da suspensão do atendimento presencial, medida que vale do dia 10 de fevereiro a 30 de abril de 2021.

Que você tenha agradável leitura!
Equipe ASCOM.



ASCOM
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO TRE/SE

PRESIDENTE

Desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

Desembargadora Iolanda Santos Guimarães

JUÍZES MEMBROS

Gilton Batista Brito

Edivaldo dos Santos

Raymundo Almeida Neto

Clarisse de Aguiar Ribeiro Simas

Leonardo Souza Santana Almeida

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Heitor Alves Soares

DIRETOR GERAL

Rubens Lisboa Maciel Filho

ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro

DRT 1037

REVISÃO

André Frossard

João Lover

Kátia Gomes

PROJETO GRÁFICO

Jéssica Alves

Luigi Abdias

FOTOGRAFIAS

ASCOM

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Centro Administrativo

Gov. Augusto Franco - CENAF

Lote 7 Variante 2 - Bairro Capucho

Sumário

Aconteceu.....	4
89 anos da Justiça Eleitoral.....	6
Des. Roberto Porto é o novo presidente do TRE-SE.....	7
Uma família dedicada à Justiça Eleitoral.....	13

Memória Eleitoral



Primeira República

O período que se iniciou em 1889 foi marcado por inúmeros contextos políticos, sociais e econômicos. Nesse período, democracias alternaram-se com ditaduras. O direito de votar e ser votado foi garantido em alguns momentos e vetado em outros.

Os primeiros anos que se seguiram à Proclamação da República foram de grandes incertezas quanto aos trilhos da nova forma de governo. Dois grupos defendiam diferentes formas de exercer o poder na República: os civis e os militares. Os civis, representados pelas elites das principais províncias (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), queriam uma República que desse muita autonomia às unidades regionais. Os militares, por outro lado, defendiam um Poder Executivo forte e se opunham à autonomia buscada pelos civis. Isso sem mencionar as acirradas disputas internas de cada grupo. Esse quadro demonstrava a grande instabilidade sentida pelos cidadãos que viveram naqueles anos. Mas havia cidadãos?

Formalmente, a Constituição de 1891 definia como cidadãos os brasileiros natos e, em regra, os naturalizados. Podiam votar os cidadãos maiores de 21 anos que tivessem se alistado conforme determinação legal. Mas o que, exatamente, significava isso? Em 1894, na primeira eleição para presidente da República, votaram 2,2% da população. Tudo indica que, apesar de a República ter abolido o critério censitário e adotado o voto direto, a participação popular continuou sendo muito baixa em virtude, principalmente, da proibição do voto do analfabeto e das mulheres.

No que se refere à legislação eleitoral, alguns instrumentos legais vieram a público, mas nenhum deles alterou profundamente o processo eleitoral na época. As principais alterações foram o fim do voto censitário e a continuidade do voto direto. Essas modificações, embora importantes, tiveram pouca funcionalidade na prática, já que o voto ainda era restrito – analfabetos e mulheres não votavam –, e o processo eleitoral continuava permeado por toda sorte de fraudes.

Aniversariantes DE MARÇO

- 01 Edvaldo de Jesus
- 02 Márcia Maria Matos dos Santos
- 03 Gedalias Bastos Freire
- 03 Jorge Correia Dantas
- 03 Maria Alejandra Pérez de Machado
- 03 Rosângela de Gois Galvão
- 05 Abdorá Coutinho Oliveira
- 07 José Carvalho Peixoto
- 08 Edvaldo Bispo da Paixão
- 09 Maria de Lourdes Leite Lisboa
- 10 Reginaldo Bispo dos Santos
- 12 Paulo César Gomes de Andrade
- 13 Lázaro Nicolau Ferreira
- 13 Vanine Vieira de Faria Almeida
- 14 Iraci Chaves Silva Costa
- 14 José Eraldo Santos Prata
- 14 Rodrigo Cardoso Mesquita
- 15 Veroni Junior Caetano de Oliveira
- 16 Bruna de Souza Fraga
- 17 Manoel Marcondes Barros da Silva
- 20 Ione Cristina Mendes
- 20 Jecemia Naára Dantas Teixeira
- 20 Lais Celestino de Jesus
- 20 Norberto Rocha de Oliveira
- 21 Wagner Ferreira Toledo
- 22 Iranilde Francisca dos Santos
- 24 Marcos Garcia de Medeiros
- 25 Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro
- 26 Maria Lúcia Martins Carvalho
- 28 Maria Elizabete Santos Almeida
- 29 Abraão Alves de Souza
- 29 Osvaldo Santos Silva
- 30 Ricardo Mesquita Pereira
- 31 João Leopoldo de Albuquerque
- 31 José Vicente Ferreira Neto

ACONTECEU



Comitê Gestor do Clima Organizacional avalia resultados da pesquisa de clima

O Comitê Gestor do Clima Organizacional reuniu-se, no dia 5 de fevereiro, com o objetivo de deliberar e sugerir *melhorias*, que são criadas pelos Grupos Focais a partir dos resultados da Pesquisa de Clima Organizacional de 2019. Buscou-se aperfeiçoar fatores que indicam índice de favorabilidade abaixo de 70%.

A pesquisa de Clima Organizacional é um instrumento de diagnóstico que avalia a percepção dos servidores em relação a aspectos importantes do ambiente de trabalho, como o processo de comunicação, reconhecimento pelo trabalho realizado, relação com chefias e colegas, entre outros. Com os resultados, busca-se alternativas para melhorar a qualidade das relações de trabalho e, por consequência, aumentar a produtividade e a qualidade do serviço prestado pela Justiça Eleitoral de Sergipe.



1ª ZE (Aracaju) e a 9ª ZE (Itabaiana) concluíram a digitalização dos processos físicos

A 1ª Zona Eleitoral (Aracaju) concluiu a digitalização de todos os processos judiciais constantes em seu arquivo. Segundo a chefe de cartório, **Maria Carmem Souza Santos**, os processos físicos, agora digitalizados, ocupavam 195 caixas.

A 9ª Zona Eleitoral (Itabaiana) realizou o trabalho de julho de 2020 a janeiro de 2021 (aproximadamente, sete meses). Segundo a chefe de cartório, **Josefa Lourenço dos Santos**, foram digitalizados processos administrativos, de registro de candidatura, de prestação de contas, de ação penal, inquéritos, de duplicidade de filiação partidária, etc. O documento mais antigo do arquivo, agora digitalizado, data de 1982, trata-se do Recurso Eleitoral nº 5296/82.

Vantagens advindas da digitalização: celeridade na localização de processos, prevenção de perda documental em caso fortuito de incêndio ou outro infortúnio, entre outras.



Desembargadora Elvira Maria de Almeida Silva toma posse no TRE-SE

Na tarde do dia 2 de fevereiro, tomou posse como membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) a desembargadora **Elvira Maria de Almeida Silva**. O ato ocorreu no gabinete da Presidência.

Natural de Itabaiana (SE), a magistrada ingressou no Judiciário sergipano em 1983, na 1ª entrância do Estado de Sergipe depois de aprovada em 4º lugar no concurso público. Atuou na Turma Recursal como titular e suplente entre os anos de 1997 e 2013. Foi diretora do Fórum Gumersindo Bessa.

Na condição de Juíza Eleitoral, atuou de 1984 a 2006. Foi membro titular do TRE-SE, no biênio 2011-2013, e da Ouvidoria da Corte Eleitoral entre 2012 e 2013. Foi titular da 18ª Vara Cível da Comarca de Aracaju. Tomou posse como desembargadora do TJSE no dia 18/05/2015.

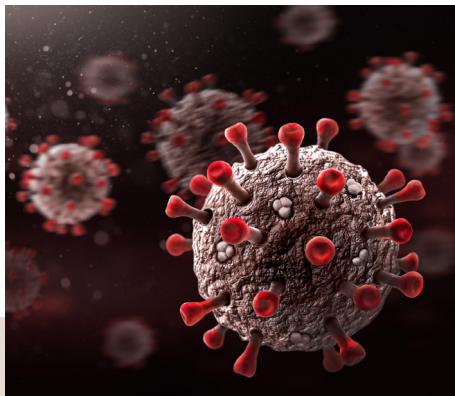
A C O N T E C E U



Canal do TRE-SE no YouTube completa 8 anos

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) é um dos precursores da comunicação digital entre os órgãos públicos brasileiros. No dia 7 de fevereiro de 2013, a Justiça Eleitoral sergipana lançava o seu canal no YouTube.

Passados oito anos desde a criação, o canal registra hoje mil seiscentos e setenta inscritos. Os vídeos disponibilizados na plataforma já foram visualizados mais de cento e onze mil vezes. No dia 7 de julho de 2016, o TRE-SE iniciou a transmissão ao vivo das sessões de julgamento pelo YouTube, mais uma vez, mostrando pioneirismo e compromisso com a transparência.



TRE-SE prorroga, em caráter excepcional, a suspensão do atendimento presencial

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) prorrogou a suspensão, em caráter excepcional, do atendimento presencial no âmbito da Justiça Eleitoral de Sergipe, no período compreendido entre 10 de fevereiro a 30 de abril de 2021.

A decisão foi concretizada por meio da Portaria Conjunta 2/2021, assinada no dia 9 pelos desembargadores **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, presidente do TRE-SE, e **Iolanda Santos Guimarães**, vice-presidente e corregedora.

Ficam suspensos, até o dia 30 de abril de 2021, a realização de Atendimento Biométrico Itinerante (ABI) nas Zonas Eleitorais do Estado de Sergipe e, na sede do Tribunal, a visitação pública e o atendimento presencial externo também estão suspensos.



Des. José dos Anjos toma posse como membro substituto

Na tarde do dia 25 de fevereiro de 2021, o ex-presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) Des. **José dos Anjos** tomou posse como membro substituto para o biênio 2021/2023.

O atual presidente do Tribunal, Des. **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, foi o responsável por empossar o novo membro substituto. A posse ocorreu no gabinete da Presidência. “O Des. José dos Anjos é um magistrado da mais alta estirpe. Considerando a significativa experiência adquirida durante sua gestão como presidente desta casa, tenho certeza de que Vossa Excelência terá muito a contribuir como membro substituto”, comentou Roberto Porto.

89 anos da Justiça Eleitoral

Uma história de lutas e conquistas



Um processo de votação seguro, transparente e feito para todos. A realidade atual só foi possível porque há 89 anos nasceu, no dia 24 de fevereiro de 1932, o primeiro Código Eleitoral – instituído pelo Decreto nº 21.076 –, consequência direta da luta da sociedade pela fiscalização e pela modernização das eleições. A data é certamente a mais importante para a democracia brasileira.

O Código Eleitoral de 1932, que criou a Justiça Eleitoral, deu início a grandes mudanças e transformações no Brasil, ampliando o acesso às eleições, antes feitas por poucos e para poucos. A norma trouxe importantes conquistas, sendo a mais marcante delas o voto para as mulheres, sendo obrigatório apenas para as que exerciam função remunerada. Consolidada a participação feminina nas eleições, a mulher passou a conquistar mais espaço no cenário político brasileiro. Atualmente, são 12 senadoras, 77 deputadas federais, 161 deputadas estaduais, uma governadora e 651 prefeitas.

Mais conquistas

O Código Eleitoral de 1932 estabeleceu também que qualquer brasileiro com idade mínima de 21 anos fosse eleitor (sem distinção de sexo), com exceção de mendigos, analfabetos e praças, e estipulou o voto secreto determinando que o eleitor se dirigisse para um “gabinete” indevassável na hora da votação.

Instituiu ainda o sistema de representação proporcional, em dois turnos simultâneos e, de forma revolucionária, já previu o uso de máquina de votar, o que só veio a se efetivar na década de 1990.

Outro marco da legislação foi a criação de um Tribunal Superior e dos Tribunais Regionais Eleitorais de cada unidade da Federação. Além disso, o Código Eleitoral também referiu-se aos partidos políticos, passou a regular as eleições federais, estaduais e municipais e atribuiu à Justiça Eleitoral a responsabilidade de organizar o processo de votação.

O título de eleitor de 1932 veio com duas inovações importantes: foi o primeiro a trazer a fotografia e a impressão digital do eleitor. Tais dispositivos aumentaram a segurança da Justiça Eleitoral quanto a quem estava votando ser realmente o titular do voto.

Voto eletrônico e biometria

Ao implantar gradualmente a urna eletrônica a partir das Eleições Municipais de 1996, o TSE teve como meta eliminar a intervenção humana no processo eleitoral, tanto durante a votação quanto durante a apuração dos resultados, impedindo qualquer interferência na vontade do eleitor. Nas Eleições de 2000, todos os eleitores já votavam por meio da urna eletrônica. Terminava, assim, a era do voto por cédulas de papel.

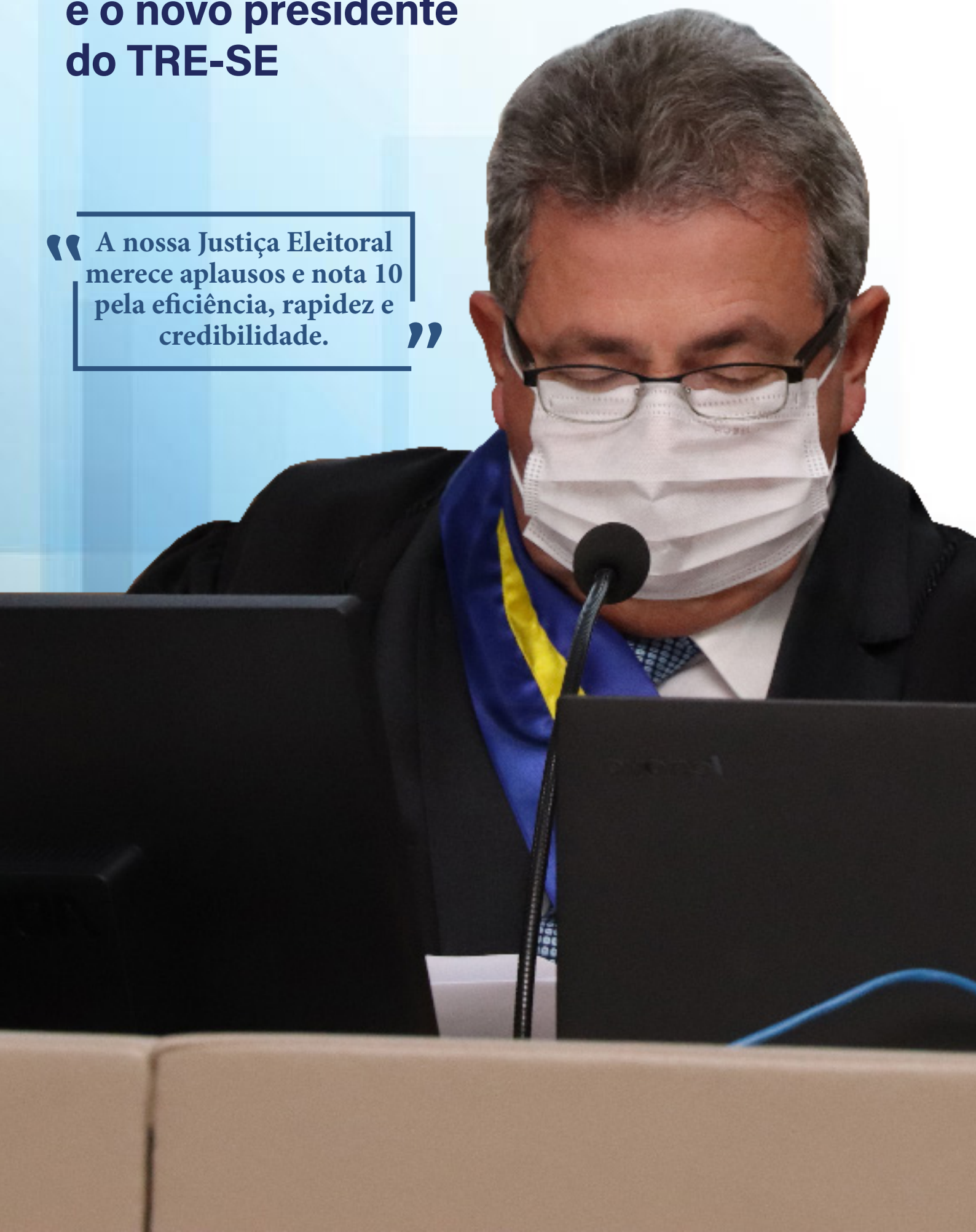
A partir de 2008, a Justiça Eleitoral começou a se preparar para dois novos desafios: a implantação do cadastramento biométrico dos eleitores, que identifica o votante pelas impressões digitais, aumentando ainda mais a segurança do voto; e a utilização de satélites em locais distantes para a transmissão cada vez mais rápida dos resultados das eleições.



Des. Roberto Porto

é o novo presidente
do TRE-SE

“ A nossa Justiça Eleitoral
merece aplausos e nota 10
pela eficiência, rapidez e
credibilidade. ”



O desembargador **Roberto Eugênio da Fonseca Porto** tomou posse como membro do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) no dia 9 de fevereiro de 2021, às 15h. A solenidade aconteceu no auditório desembargador Fernando Ribeiro Franco, na sede do Tribunal.

Seguindo o ordenamento constitucional, Roberto Porto foi indicado, no dia 4 de novembro de 2020, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE) para integrar a Corte Eleitoral sergipana. A vice-presidente e corregedora do TRE-SE, Des. **Iolanda Santos Guimarães**, no exercício provisório da presidência, por ocasião do término do mandato do Des. **José dos Anjos**, empossou o novo membro do Tribunal.

Após o ato de posse, a Des. Iolanda sugeriu aos demais componentes do colegiado o nome de Roberto Porto para exercer a presidência do TRE-SE durante o biênio 2021/2023. A indicação foi acolhida por unanimidade: o Des. Roberto Porto foi aclamado novo presidente da Justiça Eleitoral em Sergipe.

O novo presidente recebeu a Medalha do Mérito Eleitoral no grau Grã-Cruz. A medalha representa a mais alta homenagem concedida pelo TRE-SE. Todos os juízes membros saudaram a chegada do novo presidente, lançaram votos de boas-vindas e desejaram uma profícua gestão à frente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

Roberto Porto concedeu entrevista exclusiva à equipe da Assessoria de Comunicação do TRE-SE: falou sobre os desafios vindouros, sobre a equipe de trabalho e, ao final, deixou uma mensagem para os cidadãos sergipanos.

1. O senhor pretende fazer alguma alteração na equipe do TRE-SE?

Primeiramente, gostaria de cumprimentar os leitores e agradecer pelo espaço concedido para que nos possamos comunicar com os cidadãos sergipanos. Entro no TRE-SE em razão do término do biênio do Des. José dos Anjos. Convoquei e participei de reuniões com a cúpula administrativa do Tribunal para iniciar o processo de transição e verifiquei que o ex-presidente José dos Anjos, com os valorosos servidores, deixaram a casa pronta para o início da nova gestão.

Respondendo objetivamente à sua pergunta, não detectei a necessidade de implementar mudanças em relação à composição dos cargos estratégicos do Tribunal. Decidi manter nas respectivas funções os atuais secretários, o diretor-geral e os coordenadores, todos possuem larga experiência na Justiça Eleitoral.



O corpo funcional da Justiça Eleitoral é composto de servidores altamente preparados, que passaram por um rigoroso processo de seleção pública (concurso), e são extremamente dedicados à democracia.

2. Quando o Tribunal iniciará os preparativos para o pleito de 2022?

Já iniciamos! Na semana seguinte à eleição de 2020, os técnicos da Justiça Eleitoral avaliam os pontos positivos e as dificuldades com vistas à implementação de melhorias em relação ao próximo pleito (2022).



Em que pese estejamos empenhados no julgamento dos processos remanescentes da última eleição (grande parte sobre propaganda irregular), e a equipe técnica esteja concluindo os pareceres referentes às prestação de contas de 2020, nossa atenção já está voltada para 2022.

Preparar uma eleição demanda planejamento com enfoque multidisciplinar. Em Sergipe, no dia da eleição, a Justiça Eleitoral executa uma mega operação que envolve mais de um milhão e meio de eleitores, setenta e cinco municípios e aproximadamente trinta mil colaboradores. O trabalho não para!

3. Diante do cenário político atual, quais seriam os maiores desafios do TRE-SE para a próxima eleição?

Certamente, o grande desafio será o combate às *fake news*. Desde o nascimento, o sistema eletrônico de votação já incomodava setores das oligarquias políticas da velha república, que se valiam da fragilidade/vulnerabilidade por conta do voto impresso para, por meio de fraudes, manipular o processo eleitoral.

A exemplo do que disse Pompeia (esposa de Júlio César, século I a.C): “à mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta”, iniciaremos uma campanha informativa, a fim de que a população conheça em detalhes o processo eletrônico de votação. As pessoas que dão ouvidos às teorias da conspiração, disseminadas pelas redes sociais, fazem-no por desconhecimento do sistema.

É lamentável que autoridades da República façam campanha contra o voto eletrônico alegando ineficácia, sem ao menos apresentar uma prova das supostas irregularidades. O sistema é totalmente auditável em todas as fases. É possível auditar a preparação dos programas, a carga/instalação dos *softwares* nas urnas, bem como verificar o desempenho das urnas no dia da eleição.



Voltando à pergunta, o nosso desafio é explicar à população, de maneira objetiva, o fluxo dos processos de votação e de apuração, demonstrar a eficiência, a segurança e a agilidade do nosso sistema eleitoral, que é referência para o resto do mundo e que deve ser motivo de orgulho nacional.



4. Que mensagem o senhor gostaria de deixar para o eleitorado sergipano?

Os eleitores podem ter a certeza de que a Justiça Eleitoral trabalha incansavelmente para aprimorar os processos internos e investe sempre em tecnologia. Tudo para garantir a lisura do pleito e a igualdade entre os candidatos, de modo que o resultado das urnas expresse fielmente a vontade popular.

Breve histórico

O desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto nasceu em Aracaju (SE). Concluiu o curso de Direito, pela Universidade Federal de Sergipe, em dezembro de 1980, tendo exercido a advocacia privada nas áreas Cível e Comercial.

Em abril de 1982, passou a integrar o quadro da Advocacia Geral do Estado de

Sergipe, no qual ficou até setembro de 1983. Foi vice-diretor da Penitenciária Estadual de Aracaju de outubro de 1983 a julho de 1985.

Integrou a Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Justiça e Ação Social, de agosto de 1985 a novembro de 1989. Atuou como procurador do Estado, lotado na Coordenadoria Administrativa, entre dezembro de 1989 a agosto 1996, exercendo também, durante o período, a Cobrança da Dívida Ativa junto à Coordenadoria Fiscal.

Exerceu o cargo de procurador-geral do Estado de Sergipe de 5 de agosto de 1996 até 27 de dezembro de 2000. Foi presidente da Associação de Procuradores do Estado de Sergipe por dois mandatos, nos biênios 1991-1992 e 1993-1994.

Em 27 de dezembro de 2000, foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE), na vaga do quinto constitucional, reservada para advogados. Foi vice-presidente do TJSE, no biênio 2003-2005; e Presidente, no biênio 2009-2011.



Foi escolhido para o cargo de diretor da Escola Judicial de Sergipe (Ejuse) por

quatro vezes: 2005-2006, 2007-2008, 2015-2016 e 2017-2018.

No Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) foi vice-presidente e corregedor, no biênio 2005-2007. No TRE-SE também atuou como membro substituto da classe desembargador, durante os biênios 2007-2009 e 2018-2020.

Foi empossado como presidente do TRE-SE no dia 9 de fevereiro de 2021, para o biênio 2021-2023.



Discurso de Posse

Mais uma vez, retorno ao órgão maior de expressão da cidadania e da democracia: a Justiça Eleitoral. Agora aclamado para exercer a presidência deste colegiado, pelo que agradeço aos meus pares daqui e do Tribunal de Justiça, onde também fui escolhido por aclamação.

Minha gratidão à Desa. **Iolanda Santos Guimarães** pela proposta de aclamação, colega que já encontrei nesta casa na oportunidade em que exercia jurisdição eleitoral. Agradeço também ao juiz federal **Gilton Batista Brito**, aos juízes de direito **Leonardo Souza Santana de Almeida** e **Edivaldo dos Santos** e aos membros da classe jurista **Clarisse de Aguiar Ribeiro Simas** e **Raymundo Almeida Neto**, bem como saúdo o ilustre representante do Ministério Público, aqui substituindo o Dr. **Heitor Alves Soares**, Dr. **Leonardo Martinelli**. Conclamo meus pares eleitorais a, unidos, continuarmos o trabalho que vem sendo desenvolvido nesta e nas demais cortes eleitorais do país, que são exemplo para outras nações.

Cumprindo ritual da pandemia do coronavírus, optei por não enviar convites por qualquer meio que seja, eletrônico, virtual, presencial ou outros, de forma a dar minha parcela de contribuição para evitar aglomerações ou contatos que possibilitassem a disseminação da doença, obedecendo às normas sanitárias elaboradas pelos setores competentes.

Peço desculpas às pessoas que, por força do acontecimento pandêmico, não pude convidar para minha posse: amigos, autoridades, parentes. Penhorar meu agradecimento ao meu amigo e colega que me antecedeu na Presidência do TRE-SE, o Des. **José dos Anjos**. Com sua calma característica, o Des. José dos Anjos entrega-me um Tribunal com a máquina azeitada pela sua excelente gestão, mesmo enfrentando os percalços da pandemia. Gostaria de tê-lo ao meu lado aqui, para dar continuidade às prosas que travamos nos gabinetes. É um amigo querido, homem da melhor cepa e colega da melhor qualidade.

Quero fazer um registro de percepção! Me peguei a pensar se seria possível fazer uma eleição com cédulas em época de pandemia. Lembrei-me da feitura dos mapas, dos boletins de urnas, dos votos contados e cantados, da circulação de cédulas, aglomerações, de toda

infindável trabalhadeira daquela época. Concluí que a eleição não seria possível. O nosso projeto de Justiça Eleitoral é um modelo de referência mundial. A urna eletrônica tem mostrado a mais completa confiança no seu resultado, a apuração ocorre em um piscar de olhos, realmente a nossa Justiça Eleitoral merece aplausos e nota 10 pela eficiência, rapidez e credibilidade!

Aqui no nosso estado (SE), todo esse processo se desenvolveu porque conta com o apoio de um corpo qualificado de funcionários da Justiça Eleitoral de Sergipe, os quais, além do compromisso, têm a aliança ética com o trabalho. Os membros do Ministério Público e da OAB também contribuíram e contribuem para a Justiça Eleitoral de forma significativa, porque se esforçam para entender e fiscalizar os métodos e as disciplinas implementadas a cada ano e em cada pleito.

A todos esses o meu agradecimento pelo que já fizeram e o agradecimento antecipado pela parceria que iremos desenvolver no decorrer de minha passagem pela Presidência, porque não tenho dúvidas de que seremos vitoriosos nessa missão. Deixo para o final o meu agradecimento maior: à minha família, que tem sido o sustentáculo para que eu possa desenvolver os labores que me são designados e que me cabem como profissão. À minha querida mulher e esposa, **Ana Stella Rolemberg Porto**, às minhas filhas, **Marcela e Roberta**, meu muito obrigado e um abraço de carinho.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, ajudaram na minha caminhada. Torço com um desejo sincero de que a ciência prevaleça, para que em breve o povo brasileiro, em especial, o povo sergipano, esteja vacinado e tocando a vida para frente. Muito obrigado!



Uma família dedicada à Justiça Eleitoral



O ex-servidor do TRE-SE **Marcos Vinícius Linhares** viveu, juntamente com os pais, Leda e Arnaldo, fatos marcantes da Justiça Eleitoral.

O ex-servidor do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) Marcos Vinícius Linhares Constantino, hoje juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJAL), foi homenageado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em notícia publicada no dia 7 de fevereiro de 2021.

A deferência articulada pelo TSE faz menção à história da família dedicada à Justiça Eleitoral. A mãe de Marcos, dona **Leda**, entrou no TRE-SE em 1970 e se aposentou após três décadas de trabalho. Já o pai (falecido), **Arnaldo**, foi técnico judiciário e analista judiciário, e, durante quase 20 anos, foi chefe de um dos cartórios eleitorais de Aracaju (SE).

O juiz Marcos Linhares (47 anos), que antes de ingressar na magistratura foi servidor do TRE-SE por 25 anos, atuou como chefe de seção, assessor de juiz, coordenador de jurisprudência e documentação. Por onze anos, exerceu o cargo de secretário judiciário.

A honraria faz parte da série “*Nós Somos a Justiça Eleitoral*”, que tem por objetivo mostrar a todos os brasileiros quem são as pessoas que trabalham diariamente para oferecer o melhor serviço ao eleitor. A série foi publicada durante todos os dias de fevereiro, mês em que se comemorou o aniversário de 89 anos de criação da Justiça Eleitoral.

Fatos marcantes

É a matriarca, de 80 anos, nascida em Laranjeiras (SE), quem conta como

o amor e o respeito da família pela Justiça Eleitoral começaram: “Minha passagem pelo TRE-SE me marcou muito. Participei ativamente de vários processos importantes que mudaram a história da Justiça Eleitoral do Brasil, como o recadastramento eleitoral.



Hoje em dia, tudo é mais fácil. Sou da época em que os eleitores eram cadastrados em fichas, que havia cédulas de votação e que os eleitores analfabetos iam ao cartório se cadastrar acompanhados de cabos eleitorais, para garantir o voto de seus candidatos nas eleições.”



Segundo Leda, antigamente havia muita fraude, em todas as fases, desde o cadastramento, passando pela votação,

pois alguns eleitores se cadastravam no interior e na capital do estado para poder votar mais de uma vez para agradar candidatos diferentes. “A implantação de toda a parte eletrônica, em vários de seus processos, principalmente em relação à urna, eliminou as fraudes e trouxe muitos avanços. É por isso, entre outras razões, que a Justiça Eleitoral mora no meu coração”, afirmou.

De mãe para filho

Marcos estava há dois anos na Polícia Rodoviária Federal quando viu, no concurso do TRE-SE, a oportunidade de trabalhar no mesmo local onde seus pais construíram a vida profissional e com o qual já havia estabelecido laços. No TRE-SE, trabalhou durante 25 anos. Primeiro como técnico judiciário (de 1996 a 2008) e depois como analista judiciário (de 2008 a junho de 2019, ano em que foi aprovado e nomeado para o cargo de juiz estadual de Alagoas).

“Fui chefe da seção, assessor de juiz, coordenador de jurisprudência e documentação e, no final, exerci o cargo de secretário judiciário por cerca de onze anos. Nessa época, o TRE-SE recebeu o selo Diamante no Prêmio Conselho Nacional da Justiça (CNJ) de Qualidade”, comentou.

Entre os momentos marcantes que viveu no Tribunal, Marcos conta que participou da criação do embrião do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e do desenvolvimento do iPleno, sistema que gerencia sessões plenárias, implantado atualmente em vários Regionais. “Ir para o TRE-SE era algo que estava

no meu destino. Toda vez que vejo o vídeo que fizeram para a minha despedida, eu choro com saudades dos colegas e do ambiente da Justiça Eleitoral. Sempre quis trabalhar com a Justiça e me identifiquei cedo com o Direito Eleitoral”, tendo atuado como professor dessa área em duas faculdades por mais de uma década.

Há quase dois anos, Marcos acumula o cargo de juiz estadual de Alagoas com a função de juiz eleitoral. Em 2020, presidiu, pela primeira vez, as eleições no município de Mata Grande, no sertão alagoano (27ª Zona Eleitoral). “Deu-me muito orgulho, principalmente, pelo contexto todo, realizarmos com sucesso uma eleição em plena pandemia”, destacou.



Você seria a minha
deputada federal
nas próximas
eleições!



AFINAL, TODO MUNDO TEM UMA AMIGA, IRMÃ,
PRIMA, VIZINHA OU COLEGA DE TRABALHO
QUE FAZ ACONTECER, LIDERA PESSOAS,
BUSCA MELHORAR VIDAS E CONTEXTOS.